



## RESOLUÇÃO

O Orçamento do Estado que o Governo apresentou para 2011 constitui um assalto violento aos trabalhadores portugueses da Administração Pública, causando uma brutal baixa nos seus salários e um impacto muito negativo sobre o emprego.

Trata-se de um conjunto insuportável de medidas, através das quais se exige a todos os Trabalhadores da Administração Pública o esforço mais exorbitante dos últimos 30 anos em Portugal.

Estas medidas:

- . Traduzem uma redução inaceitável e insustentável dos salários dos Trabalhadores da Administração Pública de contornos legais bem duvidosos;
- . Atacam os direitos dos pensionistas, com o congelamento das suas pensões e o agravamento da carga fiscal;
- . Reduzem, com total insensibilidade humana e social, as comparticipações, nomeadamente na saúde, na educação, nas prestações sociais e abono de família e nas deduções fiscais das famílias e dos portugueses;
- . Prenunciam milhares de despedimentos na educação, por via da redução das cargas curriculares, e da consequente não renovação de contratos;
- . Colocam milhares de docentes em situação de mobilidade voluntária e em mobilidade especial;
- . Demonstram a total incapacidade do Governo e em particular do Ministério das Finanças em fazer uma gestão competente da Administração Pública;
- . Colocam claramente em causa o Estado Social, ou seja um Estado que proteja os mais desfavorecidos e que seja exigente consigo próprio.

Um tal Orçamento vai promover uma recessão sem precedentes, um aumento brutal do desemprego, vai agravar as disparidades sociais e sobretudo não prevê nem garante medidas fiscais justas nem um combate eficaz à fraude e à evasão fiscais.

Perante uma tal dimensão das medidas constantes deste Orçamento, torna-se essencial que a greve de 24 de Novembro constitua uma exigência sem precedentes para que o Governo assegure a mudança de políticas, assegurando níveis de equidade e de coesão social incontornáveis em nome da justiça e da coesão sociais.

Ao conjunto de medidas socialmente intoleráveis apontadas no Orçamento de Estado para 2011 exige-se uma resposta adequada dos trabalhadores e dos seus Sindicatos.

A Greve Geral constitui assim uma necessidade para exigir uma mudança deste paradigma de medidas de combate ao estado das finanças públicas do País.

Perante esta afronta aos Trabalhadores da Administração Pública e ao desinvestimento cego na educação, o Congresso da FNE, reunido em Aveiro nos dias 23 e 24 de Outubro de 2010 decide:

1. Saudar a Greve Geral convocada para o dia 24 de Novembro;
2. Manifestar a necessidade de se realizar um amplo esclarecimento junto dos docentes e não docentes por parte dos Sindicatos da FNE, no sentido de expressarem o descontentamento face às políticas anti-sociais do actual Governo, para o êxito da Greve Geral;
3. Apelar a todos os docentes e não docentes para que se mobilizem em torno desta jornada de luta e para que se assumam como impulsionadores e dinamizadores da Greve Geral do próximo dia 24 de Novembro, contribuindo para o seu êxito;
4. Manifestar a sua total disponibilidade para fazer convergir esforços com as demais organizações sindicais, em torno da luta contra as medidas de austeridade apontadas no Orçamento de Estado para 2011.

Aveiro,

Congresso da FNE, 24 de Outubro de 2010